



Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

(Reconhecido p/ Portaria nº. 267 de 3.04.2017 - D.O.U. de 04.04.2017)

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

(Reconhecido p/ Portaria nº 312 de 02.08.2011 – D.O.U. de 04.08.2011)

CURSO DE DIREITO

(Reconhecido p/ Portaria nº 267 de 3.04.2017 – D.O.U. de 04.04.2017)

CURSO DE DIREITO PROGRAMA DE DISCIPLINA - 3º ANO

DISCIPLINA: DIREITO CONSTITUCIONAL II

CARGA HORÁRIA: 90 horas/aula

TIPO DA DISCIPLINA: Obrigatória

ANO DE APLICAÇÃO: 2018

EMENTA

Sistema jurídico, ordenamento jurídico e Constituição. Conceito e classificação das Constituições. Normas constitucionais: regras e princípios, espécies e aplicação. Hermenêutica constitucional: métodos e princípios da interpretação constitucional. Mutações constitucionais. Dos direitos fundamentais: características e funções dos direitos fundamentais. Titularidade dos direitos fundamentais. Limitações dos direitos fundamentais. Colisão de direitos fundamentais. Direitos e garantias constitucionais do processo na Constituição da República. Do controle judicial de constitucionalidade. Formas de controle e tipos de inconstitucionalidade. O controle de constitucionalidade na Constituição da República. ADI, ADC, ADPF, ADIO ou ADO, mandado de injunção e reclamação constitucional: pressupostos de admissibilidade, legitimidade, objeto da ação, procedimento e decisão. *Amicus curiae*. Da organização do Estado. Estado federativo e a Federação Brasileira. Princípios constitucionais da administração pública e a responsabilidade civil do Estado. Poderes do Estado e suas funções constitucionais.

1. OBJETIVOS

O aluno deverá ao final do curso: saber aplicar as regras e princípios constitucionais, bem como utilizar os métodos de interpretação constitucional, resolver colisão ou conflito de direitos fundamentais de conformidade com os critérios hermenêuticos propostos para a solução dos conflitos entre princípios e entre regras e princípios. O aluno deverá ao final do curso saber identificar e descrever os direitos e garantias constitucionais do processo, bem como aplicá-los aos casos concretos. O aluno ao final do curso deverá saber identificar os pressupostos das ações constitucionais, quem tem legitimidade ativa para ajuizá-las, objeto e causa de pedir das ações, os procedimentos específicos e as decisões.

2. PROGRAMA

2.1 SISTEMA JURÍDICO, ORDENAMENTO JURÍDICO E CONSTITUIÇÃO:

2.1.1 Conceito, objeto e elementos da Constituição

2.1.2 Supremacia absoluta da Constituição e os valores jurídicos fundamentais

2.1.3 Classificação das Constituições

2.1.4 Federalização

2.1.5 Normas constitucionais: regras e princípios jurídicos, espécies e aplicação

2.1.6 Hermenêutica constitucional: características da interpretação constitucional, métodos de interpretação constitucional, princípios da interpretação constitucional e limites da interpretação constitucional.

2.1.6 Mutação constitucional: conceito, espécies, limites e diretrizes para uma interpreta o estrutural dos modelos jurídicos

2.2 DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS:

2.2.1 G nese e evolu o dos direitos fundamentais

2.2.2 Concep es filosóficas e no o material dos direitos fundamentais

2.2.3 Características dos direitos fundamentais

2.2.4 Vinculatoriedade absoluta dos Poderes, dos órgãos e entidades públicas e privadas aos direitos fundamentais

2.2.5 Fun es dos direitos fundamentais

2.2.6 Dimensões subjetiva e objetiva dos direitos fundamentais

2.2.7 Direitos e garantias constitucionais e institucionais: sistema aberto de direitos fundamentais na CR/88

2.2.8 Titularidade dos direitos fundamentais

2.2.9 Limita es dos direitos fundamentais:  mbito de prote o estritamente normativo e restri es a direitos fundamentais, reserva legal simples e reserva legal qualificada, o núcleo essencial de direitos fundamentais na CR/88

2.2.10 Colisão de direitos fundamentais: espécies e critérios para a soluço dos conflitos entre princípios e entre regras e princípios

2.3 DIREITOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO:

2.3.1 Tutela judicial efetiva: cláusula de reserva da jurisdi o e âmbito de prote o; soluço alternativa de conflitos (Lei de Arbitragem 9.307/96)

2.3.2 Dura o razoável do processo

2.3.3 Publicidade do processo

2.3.4 Obriga o de motiva o das decisões judiciais

2.3.5 Questões políticas

2.3.6 Titularidade do direito   prote o judicial efetiva e delimita o do âmbito de prote o judicial: proibi o de liminares, cautelares ou tutelas antecipadas e limita es

2.3.7 Mandado de segurança:  mbito de prote o

2.3.8 O devido processo legal: direito ao contraditório e   ampla defesa:  mbito de prote o

2.3.9 Direito de peti o

2.3.10 Direito ao juiz natural e proibi o de tribunais de exce o

2.3.11 Outros direitos e garantias constitucionais do processo (judicial e administrativo)

2.4 CONTROLE JUDICIAL DE CONSTITUCIONALIDADE

2.4.1 Constitucionalidade e inconstitucionalidade

2.4.2 Formas de controle de constitucionalidade e modelos jurisdicionais de controle de constitucionalidade

2.4.3 Tipos de inconstitucionalidade

2.4.4 O controle de constitucionalidade na CR/88: o controle incidental ou concreto, requisitos

2.4.5 O *amicus curiae* no STF

2.4.6 A mitigação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade no controle incidental ou difuso

2.4.7 Ação direta de inconstitucionalidade (ADI): pressupostos de admissibilidade, legitimação ativa, pertinência temática, procedimento, *amicus curiae*, medida cautelar e decisão

2.4.8 Ação declaratória de constitucionalidade (ADC): legitimidade ativa, objeto, procedimento

2.4.9 Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF): legitimidade para arguir o descumprimento de preceito fundamental, princípio da subsidiariedade, objeto da arguição, procedimento e decisões

2.4.10 Ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADIO ou ADO): pressupostos de admissibilidade, legitimidade, objeto da ação, omissão legislativa, omissão administrativa, procedimento e decisão

2.4.11 Mandado de injunção

2.4.12 Reclamação constitucional

2.5 ORGANIZAÇÃO DO ESTADO:

2.5.1 Estado Federativo: características básicas

2.5.2 A Federação brasileira: características. Os Estados-membros. A repartição de competências.

2.5.3 Princípios constitucionais da administração pública e a responsabilidade civil do Estado

2.5.4 Poderes de Estado e suas funções constitucionais

3. METODOLOGIA

O conteúdo será realizado através de Aulas Expositivas e Estudos de Casos.

4. RECURSOS

Serão utilizados como apoio à ação pedagógica o Laboratório de Informática e o uso de Projetor Multimídia.



Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

(Reconhecido p/ Portaria nº. 267 de 3.04.2017 - D.O.U. de 04.04.2017)

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

(Reconhecido p/Portaria nº 312 de 02.08.2011 – D.O.U. de 04.08.2011)

CURSO DE DIREITO

(Reconhecido p/ Portaria nº 267 de 3.04.2017 – D.O.U. de 04.04.2017)

5. AVALIAÇÃO

O sistema de avaliação será através de provas escritas.

6. BIBLIOGRAFIA

6.1 BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MENDES, G. F. *Curso de direito constitucional*. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
MORAES, A. de. *Direito constitucional*. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
SILVA, J. A. da. *Curso de direito constitucional positivo*. 34. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

6.2 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGRA, W. de M.. *Curso de direito constitucional*. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
ÁVILA, H. *Teoria dos princípios*. São Paulo: Malheiros, 2013.
BONAVIDES, P. *Cursos de direito constitucional*. 26.ed. São Paulo: Malheiros, 2013.